

MEMÓRIAS DE REDENÇÃO-CE: IDOSOS COMO GUARDIÕES DA HISTÓRIA LOCAL

BILROS v. 13, n. 27, ago – dez, 2025

Édmara Silva de Souza

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB); Instituto de Humanidades; Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades (POSIH). Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Bolsista Capes. E-mail: edmarasouza@aluno.unilab.edu.br

Lucas da Costa Silva

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB); Instituto de Humanidades (IH); Curso de Licenciatura em Pedagogia. Bacharel em Humanidades (2023), estudante do curso de Licenciatura em Pedagogia e bolsista de pesquisa financiada pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). E-mail: lucas.silva@aluno.unilab.edu.br

Luís Ferreira

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB); Instituto de Humanidades; Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades (POSIH). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Humanidades (UNILAB) e Professor Adjunto do curso de Pedagogia. Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). E-mail: luisferreira@unilab.edu.br

MEMÓRIAS DE REDENÇÃO-CE: IDOSOS COMO GUARDIÕES DA HISTÓRIA LOCAL

COLLECTIVE MEMORIES OF REDENÇÃO-CE: ELDERLY AS CUSTODIANS OF LOCAL HISTORY

Édmara Silva de Souza

Lucas da Costa Silva

Luís Ferreira

RESUMO

O presente trabalho busca responder à questão de como a memória coletiva dos idosos contribui para a preservação da história local de Redenção-CE. A hipótese levantada é a de que a escuta atenta e o registro das narrativas orais não apenas resgatam fragmentos da história, mas também fortalecem vínculos de pertencimento e identidade. Em função disso, o objetivo é analisar a oficina “Memórias de Redenção-CE: histórias e vivências da nossa cidade”, realizada no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), como espaço de valorização de vivências comunitárias. O referencial teórico baseou-se em Girão (1984), Ferreira (2006) e Antunes (2000), que permitem compreender a articulação entre memória, identidade e práticas educativas não formais. A metodologia foi qualitativa, de caráter participativo envolvendo rodas de conversa, ativação sensorial e construção de um painel coletivo. Os resultados indicam que os idosos se reafirmaram como guardiões da história e ressaltam a importância da transmissão intergeracional.

PALAVRAS-CHAVE: Educação não formal. Identidade. Memória. Patrimônio Imaterial. Redenção-CE.

ABSTRACT

This study analyzes how the collective memory of elderly people contributes to the preservation of the local history of Redenção, Ceará. It is based on the hypothesis that attentive listening and the recording of oral narratives recover fragments of history and strengthen bonds of belonging and identity. The research focused on the workshop “*Memories of Redenção-CE*”, held at the Social Assistant Reference Center (CRAS), conceived as a space for valuing community experiences. The theoretical framework drew on Girão (1984), Ferreira (2006), and Antunes (2000), which support the understanding of the relationship between memory, identity, and non-formal educational practices. The methodology was qualitative and participatory, involving conversation circles, sensory activation, and the construction of a collective panel. The results indicate that the elderly reaffirmed themselves as guardians of history and highlighted the importance of intergenerational transmission.

KEY WORDS: Non-formal Education. Identity. Memory. Intangible Heritage. Redenção-CE.

INTRODUÇÃO

Redenção, é uma cidade cearense situada a cerca de 66 km da capital Fortaleza, reconhecida por ter sido pioneira no Brasil ao declarar oficialmente o fim da escravidão em 1883, cinco anos antes da promulgação da Lei Áurea. Esse marco histórico foi tão relevante que acabou por influenciar diretamente o nome da cidade. No espaço urbano e rural, esse passado ainda se faz presente em símbolos diversos, como monumentos comemorativos e ruínas de engenhos que, no passado, tinham como principal atividade a produção de cachaça.

A abolição precoce dos escravizados tornou-se elemento central das narrativas oficiais e populares sobre Redenção, servindo de base para a construção da memória coletiva e dos registros históricos locais. Foi também a partir desse legado que a cidade foi escolhida para sediar a Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), reafirmando seu compromisso simbólico na luta por justiça social, reparação e valorização da herança afrodescendente. Contudo, a força dessa narrativa fundadora convida um olhar mais atento para as outras dimensões da história local, aquelas que transcendem o marco abolicionista e se manifestam nas práticas culturais, nas vivências cotidianas e em espaços ainda pouco explorados pelas narrativas tradicionais.

A libertação dos escravizados em Redenção (à época, vila de Acarape) foi resultado da mobilização dos movimentos abolicionistas cearenses no final de 1882. Girão (1984, p. 145-146) explica que membros da Sociedade Libertadora Cearense, em conjunto com representantes de outras associações, reuniram-se na capital Fortaleza-CE, para organizar para organizar uma subscrição de recursos financeiros destinada à compra de alforrias dos últimos cativos de Acarape. A prosta era ornar o município “o primeiro município livre da Província e do Império”, conforme registrado na ata do encontro, que também documenta as contribuições financeiras de diferentes personalidades engajadas na campanha.

A escolha de Acarape não ocorreu ao acaso. Para Girão (1984, p. 147), a vila foi selecionada por estar próxima à capital, ter fácil acesso ferroviário e possuir um número reduzido de escravizados. Ferreira (2015, p.25) acrescenta que esse dado reflete uma menor dependência da economia local em relação ao trabalho escravizado, o que teria favorecido a adesão à causa abolicionista. O ápice do processo ocorreu em 1º de janeiro de 1883, quando os membros da Sociedade Libertadora estiveram em Acarape para acompanhar a cerimônia de

alforria. O evento teve grande repercussão, reunindo figuras como o General Tibúrcio, José do Patrocínio, José Liberato Barroso, Padre Silveira Guerra e Justiniano de Serpa. Durante a ocasião, discursos foram proferidos e culminaram na libertação formal dos cativos da vila (Girão, 1984, p. 159-164).

Esse marco resultou na mudança do nome da vila para Redenção, elevando à condição de cidade pela Lei Provincial nº 2.167, promulgada em 1889 (Girão, 1984, p. 159). O ato inspirou outras emancipações em municípios cearenses, como Pacatuba, Aracoiaba, Baturité, Icó, Tauá, Maranguape, Messejana e Aquiraz (Girão, 1984, p. 169-174). Ferreira (2015, p. 28) caracteriza esse movimento como a “primeira onda de emancipações”, protagonizada por cidades com poucos escravizados e menor dependência econômica da escravização. Posteriormente, iniciou-se a “segunda onda”, envolvendo localidades com maior contingente de cativos e economia mais vinculada ao trabalho escravizado.

A compreensão desses processos históricos em Redenção articula-se a uma reflexão mais ampla sobre memória e patrimônio. Esses conceitos, amplamente debatidos nas ciências humanas, ajudam a entender como determinados acontecimentos e símbolos se consolidam no imaginário coletivo e como as escolhas sobre o que preservar e recordar são atravessadas por disputas e significados sociais.

A noção de patrimônio, assim como a de memória, insere-se em um vocabulário contemporâneo marcado pela pluralidade de significados e pela complexidade que envolve sua definição. Como observa Ferreira (2006), ambos os termos carregam sentidos múltiplos e contraditórios, sendo progressivamente incorporados ao cotidiano social e acadêmico.

No que se refere à memória, Bosi (2003, p.16) assinala o que interesse renovado das ciências humanas por esse campo está associado à busca por enraizamento. Para a autora, é a partir da ligação com o passado que emergem as bases da identidade individual e coletiva.

Seguindo essa linha, Pinheiro (2004) analisa memória e esquecimento como dimensões indissociáveis. O autor destaca que, sobretudo a partir dos anos 1980, no Ocidente consolidou-se uma valorização crescente do passado, marca pelo desejo de conservar integralmente as experiências. Ele aponta cinco fatores que explicariam tal processo: (i) a tentativa de recuperar possibilidades históricas interrompidas, vistas como caminhos alternativos para o futuro; (ii) a reemergência de passados traumáticos não elaborados; (iii) a tendência de reinterpretação que pode desfigurar memórias; (iv) a consciência do poder humano sobre a natureza e a consequente necessidade de registrar e perpetuar lembranças; e (v) a

aceleração das temporalidades nas sociedades contemporâneas, impulsionada pela mídia e pelo fluxo incessante de imagens e informações. Esse último aspecto, segundo Pinheiro, gera uma sensação de simultaneidade entre passado e presente, criando uma experiência do tempo fragmentado e transitório que intensifica o desejo de preservação.

Quanto ao patrimônio, Ferreira (2006) lembra que, para além de sua matriz jurídica, o termo remete a um esforço de permanência e de salvaguarda de elementos considerados fundamentais para a identidade cultural. Recorre a Dominique Poulot (1997, *apud* Ferreira 2006) para destacar que o patrimônio pode ser compreendido como construção simbólica que se apoia tanto na ideia de autenticidade – mobilizada em políticas patrimoniais – quanto em um processo seletivo e culturalmente situado. Nesse sentido, é algo que só se torna patrimônio quando reconhecido socialmente, ou seja, quando é eleito e valorizado no contexto das relações simbólicas.

Ferreira (2006) enfatiza ainda que o tempo e identidade se articulam no processo de patrimonialização, que não se resume a conservar o passado, mas antes a projetar sentidos para o presente e para o futuro. Assim, patrimônio deve ser entendido como construção cultural permeada por escolhas e disputas. Inspirado em Nora (1993), a autora observa que o patrimônio é mais reivindicado do que herdado, revelando-se menos um espaço de comunhão do que conflito. A seletividade das escolhas implica reconhecer a natureza ambivalente da memória, atravessada por lembranças e esquecimentos que coexistem em permanente tensão.

Essa dimensão conflituosa também é destacada por Chagas (2005), para quem memória, preservação e poder caminham junto. O autor alerta que a justificativa para conservar muitas vezes se apoia na ideia de perda ou esquecimento como males absolutos, enquanto lembrança e preservação aparecem como bens supremos. Entretanto, tais polarizações ocultam a possibilidade de que o esquecimento e a perda sejam igualmente constitutivos da experiência social, abrindo espaço para o novo, para a criação e até para formas de manipulação da memória.

Reconhecer a inseparabilidade entre memória e poder, entre preservação e poder, implica a aceitação de esse é um terreno de litígio e implica também a consciência de que o poder não é apenas repressor e castrador, é também semeador e promotor de memórias e esquecimentos, de preservações e destruições (Chagas, 2005, p.3).

Essa discussão não se restringe ao patrimônio imaterial, mas alcança o patrimônio cultural em sua totalidade. Contudo, a natureza dinâmica das manifestações vivas torna essa

preocupação ainda mais evidente, pois envolve tanto a seleção das culturas a serem patrimonializadas quanto a dos bens simbólicos que lhes conferem significado.

Nesse sentido, mitos, lendas, narrativas orais, cantigas e demais expressões coletivas constituem fragmentos de lembranças compartilhadas e de experiências vividas, funcionando como registros simbólicos que sustentam a valorização do patrimônio imaterial. Esses elementos, ao se exteriorizarem por meio da oralidade ou da escrita, atuam como mecanismos de socialização e de construção de identidade nos espaços coletivos.

Oliveira (2003) observa que, para além de uma concepção estática, que muitas vezes, por hábito ou ingenuidade, marca a noção de patrimônio, é preciso compreendê-lo como um espaço atravessado por práticas sociais, em constante movimento e profundamente dependente das relações estabelecidas por aqueles que o vivenciam.

A autora ressalta que os lugares não possuem significado intrínseco; ao contrário, adquirem valor apenas na medida em que consideram os sujeitos e instituições a eles vinculados. Sob essa perspectiva, a preservação do patrimônio se daria, sobretudo, pela manutenção da pluralidade de interpretações possíveis. Nessa dinâmica, o material se interpenetra de forma circular, num processo de retroalimentação em que se torna inviável estabelecer uma separação rígida entre ambos.

Ao relacionarmos a reflexão de Pierre Nora sobre os “lugares de memória” à discussão do patrimônio, podemos compreender que há uma expropriação simbólica da “história dos lugares” para a formulação de uma narrativa que visa sustentar a história nacional. Como lembra o autor, memória e história não são sinônimos. A memória é experiência viva, em constante transformação, permeada por lembranças e esquecimentos; já a memória busca representar o passado, transformando-o em registro. Assim, a “história dos lugares” ganha força como tradição e se impõe como referência identitária nacional (Nora, 1993).

Nessa perspectiva, registrar costumes e tradições equivale a reconstruir fragmentos de uma experiência que já não existe plenamente. A memória, sendo um fenômeno sempre presente, é marcada por reinvenções e usos diversos, enquanto a história cristaliza em narrativa aquilo que foi selecionado para ser lembrado. Como observa Nora (1993, p.3), “a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado”. O processo de patrimonialização, nesse sentido, pode ser lido como tentativa de perpetuar uma memória coletiva que, ao ser oficializada, se distancia das vivências singulares que a originaram.

Bosi (2003) reforça essa tensão ao destacar que a memória depende da coletividade para se manter. Contudo, quando transformada em documento oficial, perde parte de sua força vital, tornando-se registro estático: “fica-nos a história oficial: em vez de envolvente trama tecida à nossa frente só nos resta virar a página de um livro, unívoco testemunho do passado” (Bosi, 2003, p. 70). O risco, portanto, é patrimonializar uma tradição local com valor nacional resulte na expropriação das experiências vividas, desvinculando os saberes de seus vínculos afetivos e comunitários.

A questão se torna ainda mais complexa quando se considera a apropriação turística dessas tradições. O registro e a divulgação de bens imateriais podem transformá-los em atração, decretando, em alguns casos, o fim da coletividade que lhes conferia autenticamente, pois a lógica da preservação institucionalizada tende a reduzir sua capacidade de renovação e adaptação.

Nora (1993) lembra que esse processo também pode reforçar diferenciações em uma sociedade que, ao menos em princípio, busca nivelar identidades. Canclini (1994, p. 96) vai além ao afirmar que a patrimonialização corre o risco de “incorrer quase sempre numa certa simulação ao sustentarem que a sociedade não está dividida em classes, etnia e grupos, ou quando afirmam que a grandiosidade e o prestígio acumulados por esses bens transcendem essas frações sociais”.

Diante dessas contradições, é pertinente recorrer às contribuições da psicologia social, especialmente no campo dos estudos da memória, para repensar o patrimônio imaterial. As emoções desempenham função importante nesse processo, pois orientam a seleção de conteúdos a serem preservados, garantindo que experiências afetivas e coletivas permaneçam como condição necessária à vitalidade do patrimônio cultural.

Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “descola” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. “A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora” (Bosi, 2003, p. 36).

Assim, ao refletirmos sobre a patrimonialização, não podemos ignorar que a força das memórias está profundamente enraizada na experiência afetiva dos sujeitos que as vivenciam. Quando o processo de registro e valorização do patrimônio se torna excessivamente burocrático ou institucional, corre-se o risco de esvaziar justamente aquilo que garante sua vitalidade: a emoção compartilhada.

Criar políticas, ações e eventos que não despertem sentimentos e expectativas nos grupos envolvidos, ou mesmo na sociedade em geral, pode transformar práticas significativas em narrativas distantes, fadadas ao esquecimento. Como nos lembra Bosi (2003), a permanência dos fatos na memória não se sustenta apenas em documentos ou registros oficiais, mas no elo sensível que mantém vivos entre tradição, identidade e coletividade.

Nesse contexto, o presente artigo assume-se como um relato de experiência, apresentando a oficina “Memórias de Redenção/CE: histórias e vivências da nossa cidade” realizada no Centro de Referências da Assistência Social (CRAS) do município. A proposta configurou-se como uma prática exitosa, centrada na escuta e valorização das experiências de vida da população idosa, resgatando memórias afetivas e identidades territoriais. Por meio de metodologias participativas, a oficina buscou estimular a oralidade, princípio civilizatório africano, como registro dos saberes comunitários, culminando na criação de um painel coletivo que sintetizou memórias e percepções sobre a cidade.

A justificativa para a ação está na constatação de que, embora Redenção traga em sua constituição urbana e simbólica a herança da resistência negra e da ancestralidade, essa história, permeada por saberes populares e vivências cotidianas, nem sempre encontra espaço nos registros oficiais. Nesse cenário, os idosos se apresentam como guardiões da memória comunitária, fundamentais para a preservação das narrativas que compõem o tecido social.

Silva e Perrude (2013) defendem que espaços não formais de aprendizagem, como o CRAS, são privilegiados para a troca de experiências, a escuta sensível e o fortalecimento de vínculos sociais. Antunes (2000) reforça que a prática pedagógica nesses contextos deve pautar-se na escuta atenta às singularidades, valorizando os saberes comunitários e os processos formativos fora da escola tradicional.

Dessa forma, o objetivo central desta pesquisa foi analisar a oficina “*Memórias de Redenção-CE: histórias e vivências da nossa cidade*”, realizada no CRAS, enquanto espaço de partilha de memórias e vivências dos idosos sobre Redenção, cidade do interior do Ceará, buscando compreender como esse processo fortalece vínculos comunitários e identidades territoriais, ao mesmo tempo em que reconhece a experiência como forma legítima de produção do conhecimento.

Para alcançar esse propósito, a oficina procurou estimular a rememoração de acontecimentos marcantes da história local por meio de rodas de conversa e elementos sensoriais, valorizar a oralidade como forma de registro e transmissão dos saberes da população

idosos, construir coletivamente um painel de memórias com relatos e imagens representativos da cidade sob a ótica dos participantes e, por fim, fortalecer o sentimento de pertencimento dos idosos em relação ao território e à sua história vivida.

Partiu-se da hipótese de que a escuta atenta e o registro das narrativas dos idosos não apenas resgatam fragmentos da história local, mas também reforçam vínculos de pertencimento e identidade, possibilitando novas leituras sobre o passado de Redenção.

METODOLOGIA

A pesquisa, de natureza qualitativa e do tipo participante adotou uma abordagem analítico-interpretativa fundamentada em práticas participativas, dialógicas e sensoriais, realizadas *in loco*, no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)¹ de Redenção-CE, priorizando a escuta sensível e o protagonismo dos sujeitos envolvidos.

O público participante foi constituído por três pessoas idosas residentes no município, que semanalmente integram as atividades do centro de referência, compartilhando suas experiências em atividades diversas. No caso deste trabalho, os (as) participantes idosos (as) puderam vivenciar uma atividade em que relataram suas memórias afetivas e experiências relacionadas ao território. O delineamento metodológico buscou, portanto, articular oralidade, afetividade e memória, de modo a construir um espaço coletivo de valorização da história local.

As atividades foram organizadas em uma oficina pedagógica estruturada em quatro momentos principais. O primeiro correspondeu à acolhida, etapa em que espaço foi previamente ambientado com imagens antigas da cidade, objetivos simbólicos e músicas tradicionais, criando um ambiente propício à receptividade e ao despertar das lembranças. Nesse instante, ocorreu também a apresentação dos participantes e da proposta do encontro.

Em seguida, desenvolveu-se a roda de conversa intitulada “*Minha Redenção de antigamente*”. Organizados em círculo, os participantes foram estimulados a dialogar e a estabelecer contato visual, o que favoreceu a construção de um clima de confiança e partilha. Os relatos espontâneos contemplaram festas populares, vivências comunitárias, transformações no cotidiano urbano e experiências pessoais que marcaram a vida em Redenção-CE.

¹ O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal responsável pela oferta de serviços de proteção social básica do Sistema único de Assistência Social (SUAS), atuando no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e na prevenção de situações de vulnerabilidade social.

Na sequência, ocorreu a ativação da memória sensorial, articulada à construção de um painel coletivo de memórias. Os participantes, a partir das narrativas já registradas, elaboraram palavras, frases e desenhos, além de trazerem objetos pessoais que representavam lembranças significativas. Esses elementos foram reunidos em um grande painel expositivo. Para aprofundar o registro das percepções, realizaram-se entrevistas abertas, nas quais os idosos foram convidados a responder três questões norteadoras: (1) Como a evocação de lembranças a partir de objetos contribui para a construção de narrativas coletivas?; (2) Como as recordações de atividades passadas revelam transformações sociais e culturais na cidade?; e (3) Quais elementos simbólicos das celebrações são destacados na memória dos(as) participantes?

O último momento correspondeu ao encerramento, que assumiu caráter reflexivo e avaliativo. Nele, destacou-se a importância da preservação das histórias locais, reforçando o papel dos idosos como guardiões da memória comunitária e fortalecendo o sentimento de pertencimento dos participantes em relação ao território.

As falas a seguir serão analisadas sobre a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), que permite sistematizar e interpretar os relatos de forma rigorosa. O exame das narrativas dialogará também com Halbwachs (1990), para que a memória individual está sempre inserida em quadros sociais de referência, e com Bosi (2003), que destaca a relação entre memória, afetividade e identidade. Dessa forma, os depoimentos não serão compreendidos apenas como lembranças pessoais, mas como construções coletivas que expressam vínculos, pertencimentos e resistências culturais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como destacado anteriormente, “a abolição precoce dos escravizados tornou-se elemento central nas narrativas oficiais e populares sobre Redenção, servindo de base para a construção da memória coletiva e dos registros históricos locais”. Essa compreensão nos permite relacionar a experiência da oficina à maneira como a cidade constrói e atualiza suas identidades por meio das lembranças de seus habitantes.

A oficina foi realizada em 09 de maio de 2025, no CRAS de Redenção-CE, no período da manhã, entre 08h e 10h, contando com a participação de três idosas que, desde o início, mostram-se dispostas a compartilhar lembranças e reflexões. Os relatos registrados não apenas evidenciaram dimensões nostálgicas e afetivas, mas também relevaram vínculos sociais e

culturais que atravessam gerações, reafirmando a importância da memória na constituição de identidades coletivas. Como destaca Halbwachs (1990), de que a memória coletiva se constrói sem em interação, nunca em isolamento, pois os indivíduos recordam a partir de quadros sociais de referência.

Na etapa da acolhida, destacou-se a presença de objetos pessoais trazidos por uma das participantes, como antigas louças herdadas de sua mãe. Esses elementos funcionaram como catalisadores da memória, permitindo que experiências individuais se transformassem em narrativas coletivas. Ao relembrar o passado, a participante ressaltou:

Lembra tanta coisa! Eu lembro quando eu tinha uns 10 anos, a gente usava esse tipo de louça... eu guardo como lembrança, porque foi a patroa da minha mãe que deu pra ela. [...] É uma lembrança da minha mãe biológica, da minha mãe que me criou. A patroa da minha mãe era como uma mãe pra mim também. Praticamente, ela me ajudou a me criar. Foi ela quem pagou meus estudos no Perboyre e Silva (Participante 2, 61 anos, 2025).

Esse depoimento revela que os objetos, ao serem evocados em espaços de escuta, assumem papel de “lugares de memória” (Nora, 1993), condensando não apenas lembranças familiares, mas também relações sociais mais amplas. A referência à patroa como figura de cuidado aponta para vínculos complexos entre empregadas domésticas e empregadoras, onde coexistem desigualdades e solidariedade, elementos que podem ser compreendidos à luz das análises de Evaristo (2007), quando discute as tramas de afeto e dor as histórias de mulheres negras.

Figura 1 - Louça do antigo hotel da cidade de Redenção-CE



Fonte: Elaborado pelos próprios autores (2025).

Na roda de conversa intitulada “*Minha Redenção de Antigamente*”, emergiram narrativas sobre práticas de lazer, religiosidade e vida comunitária em décadas passadas. As memórias compartilhadas evocaram o convívio nas ruas, os passeios de domingo e as festas tradicionais, como exemplificou uma das participantes:

Eu pulando muito na ponte do Rio da Estrada. Que era os passeios antigamente da gente aqui nos domingos à tarde. Era a gente ir pular na ponte do Rio da Estrada. A gente ir pra lá de pé. E subir o Santo Cruzeiro. Era um passeio muito da gente aqui antigamente. Ai no tempo que tinha manga, a gente ia pegar manga no sítio pra pular. Era muito bom! E também tinha o clube do Chico Fumaça... Ô, meu Deus! Era muito bom! E é como eu falei. Então, cinema, essas coisas que tinha aqui. (Participante 1, 55 anos, 2025).

Esse relato permite compreender que a memória é seletiva e orientada por identidades, reconstruindo versões do passado que respondem a necessidades do presente. Ao destacar os espaços de lazer e a sociabilidade comunitária, as idosas reafirmaram uma Redenção marcada por tranquilidade e convivência coletiva, em contraste com o cotidiano contemporâneo.

Outro depoimento reforça o lugar das festas e celebrações como marcadores da vida comunitária:

[...] tinha as tertúlias, que ela deve saber, que menino...começava às oito da noite e terminava meia-noite. A gente ia a pé, quando tinha as festas, a gente também ia a pé, voltava de madrugada, não tinha perigo, era de nada. O dia do carnaval, terminava na praça ali, na última noite, o bloco de carnaval terminava ali na praça, em frente ao hospital. E eu me lembro que a gente mandava fazer aquelas saias de saco aqui. Pessoal puxava e derrubava a gente. E eu vestia, às vezes, uma blusona aqui. E me sentia a rainha da Sapucaí” (Participante 2, 61 anos, 2025).

Ao rememorar esses eventos, percebe-se a centralidade das práticas culturais na formação de laços sociais, o que vai ao encontro da análise de Hall (2006), para quem as identidades se constroem de forma relacional, a partir de tradições, rituais e experiências compartilhadas. Nesse sentido, as festas locais assumem a função pedagógica, constituindo-se como práticas de memória que reforçam tanto pertencimentos individuais quanto coletivos.

[...] as culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um *discurso* – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (Hall, 2006, p.50).

Figura 2 – Painel com memórias da cidade sem construído coletivamente



Fonte: Amanda Sousa (2025).

A troca de experiência entre as participantes da oficina revelou-se um elemento importante na construção de vínculos comunitários e no fortalecimento do sentimento de pertencimento. Mais do que simples relatos individuais, as memórias compartilhadas demonstraram a potência da recordação como instrumento de valorização da história local. A escuta ativa e a partilha intersubjetiva possibilitaram o resgate de uma Redenção construída a muitas vozes, onde lembranças pessoais se entrelaçam às memórias coletivas, reafirmando o papel das pessoas idosas como guardiãs da cultura e da história da cidade.

A etapa dedicada à ativação da memória sensorial teve como eixo central a utilização de fotografias antigas e atuais de Redenção. Esses registros visuais funcionaram como disparadores de lembranças, atuando como gatilhos capazes de mobilizar tanto memórias individuais quanto coletivas. Ao serem convidadas a observar atentamente os detalhes das imagens, as participantes puderam rememorar experiências afetivas, narrar histórias vividas e refletir sobre as transformações físicas, sociais e culturais da atividade ao longo das décadas.

O exercício de comparação entre o passado e presente favoreceu o surgimento de narrativas sobre o cotidiano, as formas de habitar os espaços urbanos e os vínculos comunitários estabelecidos em diferentes períodos históricos. Essa prática não apenas promoveu ricas trocas de experiências, mas também consolidou um processo de valorização das trajetórias de vida das participantes. Assim, a produção coletiva do painel de memórias constitui-se em um espaço de

afirmação identitária, fortalecendo o sentimento de pertencimento à comunidade e à história local.

O encerramento da oficina foi marcado por uma reflexão coletiva acerca da importância de preservar a memória social e as histórias locais. As participantes apontaram a percepção de que as novas gerações demonstram pouco interesse em dar continuidade ao legado transmitido por pais e avós, o que reforça a importância dos idosos como guardiões da memória de Redenção-CE.

Nesse contexto, atividade revelou-se significativamente não apenas pelas preservações do patrimônio imaterial, mas também pelo impacto subjetivo na vida das idosas envolvidas. O espaço de fala proporcionado contribuiu para o fortalecimento da autoestima, possibilitando que se sentissem valorizadas e reconhecidas. Conforme relataram, experiências como essa não fazem parte de seu cotidiano, o que tornou o momento ainda mais especial. Além disso, a vivência despertou nelas a disposição de participar de novos encontros, motivadas pela riqueza de troca intergeracional e pelo fortalecimento de laços comunitários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oficina realizada em Redenção-CE demonstrou que a memória, ao ser evocada em espaços coletivos de escuta e diálogo, constitui-se como um poderoso instrumento de valorização identitária, fortalecimento comunitário e preservação cultural. Como apontado anteriormente, a narrativa da “abolição precoce” ocupa lugar central na memória oficial e popular da cidade, funcionando como marco simbólico de pertencimento e orgulho local. Entretanto, a experiência das idosas participantes revelou que a identidade de Redenção também se atualiza e se reinventa a partir das memórias cotidianas, que emergem de objetos, imagens e narrativas pessoais.

Os relatos coletados mostram que a memória não se reduz a um processo individual, mas se constrói em interação, como sustenta Halbwachs (1990), sendo constantemente mobilizada pelos “quadros sociais” que orientam a recordação. Nesse sentido, tanto os objetos herdados quanto as fotografias utilizadas na oficina operaram como disparadores de lembranças, transformando recordações particulares em narrativas coletivas. A louça herdada, por exemplo, revelou-se um verdadeiro “lugar de memória” (Nora, 1993), condensando dimensões familiares e sociais, e trazendo à tona vínculos atravessados por desigualdades, mas

também por solidariedade, como analisado por Evaristo (2007) ao discutir as tramas de afeto e dor nas experiências de mulheres negras.

As narrativas sobre lazer, religiosidade e festas tradicionais reafirmaram a centralidade da cultura popular como e de transmissão de saberes. As práticas descritas, como os passeios no Rio da Estrada ou as tertúlias comunitárias, indicam que a memória é seletiva e orientada por identidades, reconstruindo passados que respondem às demandas do presente. Dessa forma, a memória cumpre uma função ativa na afirmação de pertencimentos individuais e coletivos, constituindo-se como prática social que reforça a continuidade histórica da cidade.

Os resultados da oficina demonstram ainda que a ativação da memória mediada por imagens e relatos, produziu um ambiente de pertencimento e reconhecimento, no qual as idosas não apenas resgataram suas histórias, mas também se sentiram valorizadas e escutadas. Esse aspecto subjetivo, associado ao fortalecimento da autonomia, mostrou-se tão relevante quanto a dimensão patrimonial da preservação da memória. Ao relatarem que não costumam vivenciar momentos de escuta e reconhecimento em seu cotidiano, as participantes destacaram a singularidade e a potência de experiências dessa natureza.

Por fim, a oficina revelou o desafio intergeracional que se coloca para Redenção-CE, enquanto os idosos assumem a função viva da memória da cidade, as novas gerações demonstram desinteresse em dar continuidade a esse legado. Esse diagnóstico aponta para a urgência de políticas públicas e práticas pedagógicas que promovam a transmissão intergeracional das memórias locais, evitando que narrativas fundamentais da história da cidade se percam.

Assim, conclui-se que iniciativas como esta oficina não apenas contribuem para a preservação do patrimônio imaterial, mas também atuam como espaços de produção de identidades e de fortalecimento comunitário. A memória, nesse contexto, deixa de ser apenas recordação nostálgica e torna-se prática viva, capaz de articular passado, presente e futuro na construção de uma Redenção plural e coletiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**, v. 23, p. 94-115, 1994.

CHAGAS, Mario. Cultura, Patrimônio e Memória. **Revista Museu**. Disponível em: <https://mariochagas.com/wp-content/uploads/2020/05/36culturapatrimonio.pdf>. Acesso em: 19 set. 2025.

EVARISTO, Conceição. Da grafia–desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio. (Org.). **Representações performáticas brasileiras: Teorias, práticas e suas interfaces**. Belo Horizonte: Mazza, 2007. p. 16-21.

FERREIRA, Edglan Lima. **O Ano da Abolição no Ceará**. 2015. Monografia do curso do Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidade e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB. Redenção, 2015.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Patrimônio: discutindo alguns conceitos. **Diálogos**, v. 10, n. 3, p. 79-88, 2017.

GIRÃO, Raimundo. **Abolição no Ceará**. 3. ed. melhorada. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: La mémoire collective.

HALL, Stuart; **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 14 jan. 2025.

OLIVEIRA, Maria Fernanda Pinheiro de. Institucionalização da memória - igreja da venerável Terceira Ordem de São Francisco da Penitência: questão patrimonial. **Morpheus**, v. 2, n. 3. Disponível em: Patrimônio Imaterial Nacional: preservando memórias ou construindo histórias?. Acesso em: 19 set. 2025.

PINHEIRO, Marcos José. **Museu, memória e esquecimento: um projeto da modernidade**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004.

SÁ, Ricardo Antunes de. Pedagogia: identidade e formação, o trabalho pedagógico nos processos educativos não-escolares. **Educar**, Curitiba, nº 16, p. 171-180. 2000.

SILVA, Ana Lucia Ferreira da; PERRUDE, Marleide Rodrigues. Atuação do pedagogo em espaços não-formais: algumas reflexões. **Revista Eletrônica Pro-Docência/Uel**. ed. 4, v. 1, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/prodocenciafope>. Acesso em: 19 set. 2025.

Artigo recebido em novembro de 2025. Aprovado em dezembro de 2025.